

Sumário

Número de notícias: 23 | Número de veículos: 17

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Novo governo deveria levar adiante ideia de revisar subsídios tributários (Editorial)3

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

O Carf, suas súmulas e a necromancia - OPINIÃO JURÍDICA..... 4

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Moraes nega ação do PL sobre urnas e multa sigla por litigância de má-fé..... 5

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

STF adia julgamento da 'revisão da vida toda' da aposentadoria do INSS.....7

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA
SEGURIDADE SOCIAL

Transição vai sugerir a Lula barrar privatizações de Correios, Dataprev e Porto de Santos8

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lula terá reunião com governadores.....11

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Prefeitos querem comitê.....12

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

PT deve discutir apoio à recondução de Lira..... 13

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lula precisa de tempo para compor novo governo, diz Garfinkel..... 14

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

O novo arcabouço fiscal está na LRF (Artigo)..... 15

O ESTADO DE S. PAULO - FINANÇAS MAIS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Equilíbrio das contas é o grande desafio..... 18

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Gasto fiscal além do necessário pode prejudicar os mais pobres, diz Campos Neto..... 19

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Crescer via consumo será mais difícil no ano que vem.....20

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL
ECONOMIA

Cobertura está sem controle, alerta TCU.....21

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
ECONOMIA

Sem consenso, texto final da pec da transição é adiado 22

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Limites à PEC (Editorial) 24

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Sinais de que EUA podem desacelerar aperto nos juros aliviam mercados 25

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Diagnóstico é arrasador, precisamos de novo pacto para combater a fome 27

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHA MAIS
ECONOMIA

Estados Unidos e Argentina têm menos trigo para exportação 31

O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE
ECONOMIA

TCU vê falta de controle sobre vacinas 34

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Projeto possibilita liberar as emendas de relator 36

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Juros pesam cada vez mais no orçamento das famílias 37

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Melhora no Brasil puxa para cima clima econômico da AL 38

Novo governo deveria levar adiante ideia de revisar subsídios tributários (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

O Carf, suas súmulas e a necromancia - OPINIÃO JURÍDICA

*Caio Cesar Nader Quintella é advogado, parecerista,
professor, Mestre em Direito Tributário pela PUC/SP e
ex-vice-presidente da 1ª Seção do Carf*

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187390>

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187390>

Moraes nega ação do PL sobre urnas e multa sigla por litigância de má-fé



O presidente do PL, Valdemar Costa Neto, fala sobre pedido do partido para anular urnas. Pedro Ladeira/Folhapress

Marcelo Rocha e Renata Galf Brasília e São Paulo

O presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), Alexandre de Moraes, negou nesta quarta (23) a ação do PL que visava invalidar votos depositados em parte das urnas no segundo turno das eleições, quando o candidato do partido, Jair Bolsonaro, foi derrotado por Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Ele multou a coligação de Bolsonaro, formada pelo PL, PP e Republicanos, em R\$ 22.991.544,60 por litigância de má-fé. Determinou ainda o bloqueio dos fundos partidários das três legendas até o pagamento da penalidade imposta. A coligação não se manifestou sobre a decisão até a conclusão desta edição.

Além disso, por entender que na iniciativa encampada pelo PL houve "finalidade de tumultuar o próprio regime democrático brasileiro", o presidente do partido, Valdemar Costa Neto, será alvo de investigações no STF (Supremo Tribunal Federal), no inquérito das milícias digitais, e no TSE.

De acordo com o ministro, não foram apresentados no pedido da legenda "quaisquer indícios e circunstâncias que justifiquem a instauração de uma verificação extraordinária".

"Os argumentos da requerente, portanto, são absolutamente falsos, pois é totalmente possível a rastreabilidade das urnas eletrônicas de modelos antigos", afirmou. O PL citava problemas em versões

das urnas anteriores a 2020, usando um relatório com diversas fragilidades.

Em sua decisão, o presidente do TSE citou a "total má-fé da requerente em seu esdrúxulo e ilícito pedido, ostensivamente atentatório ao Estado democrático de Direito e realizado de maneira inconsequente com a finalidade de incentivar movimentos criminosos e antidemocráticos".

Moraes disse ainda que a situação ficou comprovada tanto pela negativa do PL em incluir na petição pedido de análise sobre as urnas no primeiro turno "quanto pela total ausência de quaisquer indícios de irregularidades e a existência de uma narrativa totalmente fraudulenta dos fatos".

O PL contestou o resultado apenas do segundo turno das eleições. Moraes determinou que, para a continuidade da ação, fosse adicionado um pedido de análise também a respeito do primeiro turno do pleito, já que as urnas foram as mesmas. O PL, na ocasião, elegeu a maior bancada de deputados no Congresso. Não aceitou, porém, a inclusão disso na petição.

Nesta quarta, o partido enviou ao TSE argumentos para insistir com a solicitação original feita na véspera. Moraes havia determinado 24 horas de prazo para que a o PL fizesse um aditamento.

"Estender a verificação extraordinária pretendida também para o primeiro turno parece ser medida açodada, especialmente porque, como efeito prático, traria a própria inviabilidade da medida ora pretendida, em razão da necessidade de fazer incluir no polo passivo da ação todos os milhares de candidatos que disputaram algum cargo político nessas eleições, bem como seus partidos, coligações e federações", alegou o PL.

O relatório utilizado pelo partido de Bolsonaro para fundamentar seu pedido tirava conclusões incorretas, segundo especialistas em computação consultados pela Folha. Tinha ainda lacunas não só por ignorar o primeiro turno da eleição como a distribuição dos diferentes modelos de urnas dentro de um mesmo estado.

De acordo com o partido, mais de 279,3 mil urnas eletrônicas utilizadas no segundo turno do pleito

"apresentaram problemas crônicos de desconformidade irreparável no seu funcionamento". Para as atuais eleições, a Justiça Eleitoral disponibilizou cerca de 577 mil equipamentos.

As urnas questionadas também foram utilizadas no primeiro turno, quando o PL elegeu a maior bancada de deputados federais da próxima legislatura -terá 99 cadeiras na Câmara. Ao restringir o pedido ao segundo turno, portanto, o partido não lança dúvida sobre a primeira etapa.

Apesar de a representação pedir a invalidação de votos em caso de confirmação, pelo TSE, de "mau funcionamento" de urnas eletrônicas, Valdemar tentou difundir o discurso de que o PL não estava questionando o resultado da eleição, mas defendendo apenas uma verificação.

"Não pode haver dúvida sobre o voto. Se isso for uma mancha na democracia, temos que resolver isso agora", disse o aliado de Jair Bolsonaro.

"Nós não estamos discutindo a eleição, estamos discutindo a história do Brasil. Porque a soma das urnas novas, que têm todo o cadastro, dá uma vitória para o presidente Jair Bolsonaro de 1 milhão e 78 mil votos se não forem consideradas as urnas que têm indícios. E toda eleição, toda votação, não pode haver dúvidas sobre o voto." Ele repetiu algumas vezes durante entrevista nesta quarta, com a ajuda do advogado do partido, Marcelo Bessa, que o PL acionou o TSE com base em argumentos técnicos.

Bessa atua na defesa criminal de Valdemar há anos, incluindo o caso do mensalão, esquema de compra de voto no Congresso durante o primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A equipe jurídica da campanha de Bolsonaro foi chefiada por Tarcísio Vieira de Carvalho Neto, ex-ministro do TSE, que não assinou a peça apresentada pelo PL.

O PL questiona a ausência do código de série das urnas no "diário de bordo" das urnas mais antigas. Alega que, com isso, não é possível fiscalizá-las. Há, porém, outros dados e formas para identificar esses equipamentos.

Ou seja, diferentemente da afirmação do partido, não há impossibilidade de vinculação do arquivo gerado pela urna (conhecido como log da urna) com sua urna física correspondente, argumento base do relatório do PL.

Na comparação feita por um especialista, é como se um órgão estatal não tivesse em sua planilha os dados do **INSS** de um cidadão, mas tivesse RG e CPF - sendo possível, portanto, identificá-lo.

Valdemar afirmou que a iniciativa do PL tem respaldo em uma resolução do TSE de 2021, segundo a qual entidades fiscalizadoras podem solicitar verificação extraordinária após o pleito, desde que sejam relatados fatos e apresentados indícios de circunstâncias que justifiquem.

"[Houve] total má-fé da requerente em seu esdrúxulo e ilícito pedido, ostensivamente atentatório ao Estado democrático de Direito e realizado de maneira inconsequente com a finalidade de incentivar movimentos criminosos e antidemocráticos" Alexandre de Moraes ministro presidente do TSE em decisão que negou ação do PL

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50105>

STF adia julgamento da 'revisão da vida toda' da aposentadoria do INSS

ARIANA MUNIZ *mariana.muniz@bsb.oglobo.com.br*
BRASÍLIA

Veja a matéria no site de origem:

<https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Transição vai sugerir a Lula barrar privatizações de Correios, Dataprev e Porto de Santos

Brasília / **Augusto Fernandes, do R7, em Brasília**

A equipe de transição do presidente da República eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), vai recomendar a ele que não dê continuidade a alguns processos de privatização que estão em andamento, como os dos Correios, da Empresa de Tecnologia e Informações da **Previdência Social** (Dataprev) e do Porto de Santos.

Na gestão do presidente Jair Bolsonaro (PL), o governo federal incluiu os ativos no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) para estudar alternativas de cooperação com a iniciativa privada ou para a completa desestatização. Os trâmites para a privatização, contudo, ainda dependem de decisões do Congresso Nacional e do Tribunal de Contas da União (TCU) para avançar.

O ex-ministro das Comunicações Paulo Bernardo diz que um dos primeiros processos que deve ser barrado por Lula é o dos Correios, o que vai acontecer assim que o presidente eleito tomar posse, de acordo com Bernardo. "A nossa ideia é recomendar acabar com essa ideia de privatizar os Correios. Acho que eu poderia dizer até que a gente mais ou menos antevê o que o presidente pensa sobre isso."

Atualmente, o Congresso analisa um projeto de lei da privatização dos Correios. O texto foi produzido pelo governo Bolsonaro. A matéria já foi aprovada pela Câmara dos Deputados, mas está parada na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado desde agosto do ano passado.

A desestatização da Dataprev é analisada pelo TCU. A estatal é responsável pela gestão da base de dados sociais brasileira, especialmente a do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

Integrantes do governo de transição defendem que a discussão seja interrompida para que o futuro governo de Lula estude outra forma de reestruturar a empresa para zerar a fila do **INSS**.

"Primeiro tem que ver como está a estrutura. Sei que a

Dataprev saiu da Previdência, foi para o Ministério da Economia, e lá foi incluída no rol de privatizações. Com isso, não tem como melhorar o atendimento", pontuou o ex-ministro da **Previdência Social** José Pimentel.

"A nossa prioridade vai ser melhorar o atendimento. Retirar a Dataprev da privatização e qualificar a tecnologia da informação da Dataprev. Isso resolve e melhora muito", acrescentou.

O TCU também avalia a desestatização do Porto de Santos, em São Paulo. Um relatório produzido pela área técnica do tribunal já deu aval à privatização, mas o plenário da corte ainda não votou o processo.

O terminal é o maior da América Latina e responde pela movimentação de quase um terço das trocas comerciais brasileiras. A privatização prevê R\$ 18,5 bilhões em investimentos obrigatórios, sendo que R\$ 14,1 bilhões seriam aplicados em manutenções ao longo de 35 anos da concessão.

Cerca de R\$ 3 bilhões estão reservados para a construção de um canal que ligue Santos ao Guarujá (SP). O valor de R\$ 1,4 bilhão restante deve ser injetado em obras como acessos rodoviários e aprofundamento do canal.

Para a equipe de Lula, caso o processo seja aprovado, o Estado não terá mais capacidade de planejar o funcionamento do porto. "Um porto como o de Santos, que é o maior da América Latina, o Estado [pode] perder a capacidade de se planejar e de ser um instrumento de desenvolvimento. Essa é uma das nossas preocupações em relação ao modelo que está lá", observou o ex-ministro da Secretaria dos Portos da Presidência da República Maurício Muniz.

Outros dois tópicos monitorados pela equipe de transição são a privatização da Petrobras e a concessão à iniciativa privada dos aeroportos Santos Dumont e Galeão, ambos no Rio de Janeiro.

O grupo de Lula já pediu à atual gestão do governo federal que suspenda a venda de ativos até a posse do petista. Segundo o senador Jean Paul Prates (PT-

RN), "nós nos manifestamos várias vezes, o presidente Lula também, contra a venda de ativos dessa forma que está sendo feita". "Não quer dizer necessariamente que não haja venda de ativos no futuro, mas isso é uma avaliação que vai caber com muita parcimônia e cuidado à nova gestão", comentou.

Segundo o parlamentar, a transição quer paralisar as vendas de refinarias e da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TBG). "A gente indicou que esse é um processo complexo que envolve relações com governo da Bolívia, toda uma programação do sistema de gás com Argentina, Bolívia e Brasil. Enfim, não é uma coisa que se possa fazer a toque de caixa, no final do governo."

Sobre os aeroportos do Rio de Janeiro, que podem ser leiloados no ano que vem, a transição defende que o governo de Lula avalie as concessões. "Esses a gente vai ter que dar uma olhada. Nós vamos nos debruçar. É um trabalho do grupo de transição fazer algumas recomendações e sugestões para o novo ministério", destacou Muniz.

Site: <http://noticias.r7.com/brasil/transicao-vai-sugerir-a-lula-barrar-privatizacoes-de-correios-dataprev-e-porto-de-santos-24112022>

Lula terá reunião com governadores

**ADRIANA FERNANDES/BRASÍLIA e BEATRIZ BULLA/
SÃO PAULO**

O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, se antecipou e já convidou todos os governadores eleitos para uma reunião, no próximo dia 7, com o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Durante a campanha, Lula prometeu que a reunião com os governantes estaduais seria uma de suas primeiras medidas após tomar posse.

Aliado do presidente Jair Bolsonaro (PL), Ibaneis é coordenador do Fórum Nacional de Governadores, instância de diálogo criada para ser palco de uma ação coordenada de decisões de interesses dos Estados.

Ele disparou convites para o encontro com Lula, no qual diz que "serão debatidas questões prioritárias para o País, no contexto de renovação do compromisso democrático nacional".

O futuro governo tenta construir pontes com os Estados por meio de interlocutores.

Uma das pautas que Lula e governadores devem discutir, entre outros assuntos, é a perda de arrecadação com as desonerações do ICMS, principal imposto cobrado pelos governos regionais, aprovadas pelo Congresso para combustíveis, energia elétrica, telecomunicações e transporte.

Lula quer um pacto com governadores eleitos para avançar na **reforma tributária**, uma promessa de sua campanha eleitoral que dependerá de alinhamento com os Estados e também com o Congresso.

Notícias Relacionadas:

PORTAL UOL
Lula terá reunião com governadores

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Prefeitos querem comitê

O presidente da Frente Nacional dos Prefeitos, Edvaldo Nogueira, afirmou, ontem, após reunião com o vice-presidente eleito Geraldo Alckmin (PSB), que propôs ao coordenador-geral da transição do novo governo a criação de um comitê interfederativo, com participação do presidente, de governadores e de chefes de municípios.

"Achamos que é muito importante a questão do pacto federativo e sua retomada. Há uma inversão do federalismo brasileiro em que os municípios que hoje têm carga grande de trabalho e prestação de serviço à comunidade ficam com a menor parte do bolo tributário", disse.

Segundo ele, temas como fome, **reforma tributária**, transporte público e saúde foram debatidos com Alckmin. Nogueira declarou que as filas para realização de cirurgias eletivas precisam ser enfrentadas, além do aumento da despesas com subsídios para tarifas de ônibus.

"A tarifa não sustenta o transporte coletivo. As prefeituras estão colocando milhões de reais em subsídios e precisamos ter um novo ordenamento. Na questão tributária, os municípios não aceitam perder o que conquistaram. Concordamos e queremos uma **reforma tributária** que simplifique e diminua os **impostos**, mas os municípios não podem perder posição. A **reforma tributária** tem que manter o pacto federativo", declarou.

PT deve discutir apoio à recondução de Lira

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187390?page=1§ion=1>

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187390?page=1§ion=1>

Lula precisa de tempo para compor novo governo, diz Garfinkel

Mônica Scaramuzzo De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187390?page=1§ion=2>

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187390?page=1§ion=2>

O novo arcabouço fiscal está na LRF (Artigo)

José Serra

A equipe de transição do presidente eleito apresentou a lideranças do Congresso Nacional uma proposta para alterar a Constituição com o objetivo de descumprir o teto de gastos em até R\$ 200 bilhões. Com razão, lideranças políticas e especialistas em contas públicas apontaram graves riscos fiscais.

Qualquer "licença para gastar" concedida pelo Poder Legislativo precisa acompanhar prazos e diretrizes para implantar um novo arcabouço fiscal no País, substituindo o teto de gastos em vigor desde 2016. Sabidamente, o regime atual do teto de gastos já não consegue promover transparência e planejamento na gestão do Orçamento federal. Um novo arcabouço fiscal deveria ser construído sobre os alicerces da nossa Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF): promover o planejamento e a transparência das medidas fiscais de curto prazo em sintonia com os objetivos fiscais de longo prazo.

A proposta de flexibilizar permanentemente o teto de gastos, sem dar prazo ao Poder Executivo para apresentar um novo regime fiscal, desconsidera qualquer compromisso com as contas públicas e banaliza ainda mais o teto de gastos introduzido na Constituição no final de 2016. Em última análise, embaralha as expectativas em relação aos rumos da gestão fiscal.

Mais do que simples limite constitucional de despesa - que hoje traz mais problemas do que soluções -, o País precisa de um sistema de regras e procedimentos, compatibilizado e coerente, capaz de promover o controle de gastos de forma funcional e transparente. Na era das "soluções simples para problemas complexos", limitar-se a fixar um teto de gastos na Constituição, em vez de adotar um arranjo institucional sofisticado, é mais fácil, porém pouco sustentável.

O sistema de regras e procedimentos que orientam a política fiscal no Brasil está definido na Lei de Responsabilidade Fiscal, cuja gestação remonta à Assembleia Nacional Constituinte. Fui relator de **Tributos**, Orçamentos e Finanças na Constituinte, na comissão então presidida por Francisco Dornelles. Naquele momento histórico, nasceu o art.

163 da Constituição, que vem a ser a base constitucional da LRF. Em meu parecer, justifiquei a importância de um arcabouço fiscal regulamentado por lei complementar com o objetivo de promover o "desenvolvimento equilibrado, com juros compatíveis com a produção; transparência das operações, sobretudo as que envolvam o setor público; e controle social do gasto e da dívida pública".

Na mesma Constituinte, prevaleceu a regra de manter a definição de limites de endividamento na esfera das competências privativas do Senado, como vigorava na Constituição anterior, agora definido a partir de iniciativa privativa do presidente. Por essa razão, a LRF estabelece um arcabouço que se ancora em limites de endividamento e metas fiscais voltadas para adotar uma trajetória da dívida pública a partir de uma concertação política entre o Executivo e o Senado. Nessa mesma direção formou-se hoje um consenso em torno da necessidade de um arcabouço ancorado em limites de endividamento, ainda que estes não tenham sido regulamentados.

Poucos sabem que o Congresso teve um papel determinante na origem da LRF. É que a proposta do Executivo para regulamentá-la não nasceu espontaneamente, mas sim de um dispositivo da Emenda Constitucional n.º 19, de 1998, conhecida como a da Reforma Administrativa. Em seu art. 30, ficou estabelecido que o projeto de lei complementar referente ao art. 163 da Constituição - que veio a se converter na LRF - seria apresentado ao Legislativo em seis meses da promulgação daquela emenda constitucional.

Por isso, entendo que uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) no atual regime fiscal deveria vir acompanhada de um dispositivo exigindo que o Poder Executivo apresente ao Senado os limites de endividamento previstos no art. 52 da Constituição. Esse dispositivo permitiria revogar o teto de gastos e, simultaneamente, estabelecer uma âncora fiscal atrelada a uma regra de controle do endividamento.

Destaco três aspectos positivos dessa opção. Primeiro, o arcabouço fiscal da LRF já está pronto para receber os limites de endividamento, com válvulas de escape, gatilhos para ajustes de contas e mecanismos de controle pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Segundo, colocaríamos a LRF num

modo de operação completo, já que até hoje não foram aprovados os limites de endividamento que ancoram o regime fiscal nela regulamentado. Terceiro, esse novo arcabouço apresentaria as virtudes de um adequado regime fiscal, conforme se adota hoje no palco internacional: simples, efetivo e flexível.

A discussão legislativa da LRF se arrastou por um ano -de 15/4/1999 a 11/4/2000. O Congresso Nacional aprovou uma lei que até hoje está alinhada a boas práticas internacionais e que passaria, assim, a funcionar com uma âncora fiscal na forma de limites de endividamento, como recomendam órgãos oficiais em países considerados de ponta na área da governança pública. Sejam pragmáticos: o novo arcabouço fiscal deve ser construído dentro do regime institucional da LRF.

*Uma PEC no atual
regime deveria vir com
dispositivo exigindo que
o Executivo apresente
ao Senado os limites
de endividamento*

Equilíbrio das contas é o grande desafio

Quem administra uma casa sabe bem que, além de garantir comida na mesa e pagar os boletos, é preciso ter um controle rigoroso para se gastar menos do que se arrecada - caso contrário, o resultado inevitável é o endividamento.

Se numa família já não é fácil conseguir esse equilíbrio, considerando-se demandas, necessidades e interesses coletivos e de cada morador, imagine as dificuldades num País com 215 milhões de habitantes.

Para o economista Pedro Malan, ex-ministro da Fazenda, o governo Lula terá como um de seus grandes desafios aprofundar o entendimento coletivo sobre a relação entre gasto público, carga tributária e estoque da dívida pública. "A esperança é de que possamos avançar na busca de maior maturidade político-institucional e de debate público de nível - menos ideologizado, mais informado e mais voltado para a busca das convergências possíveis", diz Malan. "Será fundamental, já em 1º de janeiro de 2023, sinalizar com clareza, de maneira crível, que existe um sistema de regras que assegurem a sustentabilidade da trajetória de finanças públicas no Brasil." Integrante da equipe de transição do novo governo, o economista Pêrsio Arida diz que, mesmo com toda a questão fiscal e o cenário internacional adverso - agravado pela recessão e o aumento de juros nos Estados Unidos -, o Brasil não pode deixar de trabalhar pela educação e inclusão social a longo prazo. "Nosso principal desafio econômico é crescermos de forma inclusiva e sustentável. Não é simples, mas é perfeitamente possível", afirmou Arida, ex-presidente do Banco Central e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), durante o recente evento Lide Brazil Conference, realizado em Nova York.

Busca de consenso Para o professor André Biancarelli, do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), será fundamental reconstruir o arcabouço fiscal, a partir da constatação de que o teto de gastos é uma regra mal formulada e inviável. "É preciso uma refundação cuidadosamente discutida e planejada, que passe longe de regras rígidas ou obsessões sobre redução do Estado, que permita sinalizar uma trajetória sustentável para as despesas e carga de **impostos**, mas resgate a capacidade de planejamento, indução do desenvolvimento pelo Estado e as enormes tarefas do setor público na dimensão social." Pelo lado positivo, avalia Biancarelli, as sinalizações são menos concretas e mais políticas: um processo de

normalização institucional e política que pode ser muito significativo, inclusive para efeitos econômicos. "Há uma boa vontade internacional com o Brasil, depois de uma política externa que dizimou nossa imagem", observa o professor da Unicamp.

Ele lembra também que, em contraste ao cenário de 20 anos atrás, quando Lula assumiu pela primeira vez, a vulnerabilidade externa da economia brasileira é bem menor. "Isso, historicamente, faz muita diferença. O clássico problema de escassez de divisas não está entre os principais desafios econômicos no horizonte de curto prazo", avalia Biancarelli.

O professor Mauro Rodrigues, da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo (FEA-USP), lembra que a questão fiscal depende fortemente de reformas estruturantes, especialmente a tributária. "Essa é urgente. Aliás, faz 20 anos que é urgente. Não dá mais pra esperar", ele observa. Rodrigues avalia positivamente a movimentação da equipe de transição e a acolhida que o processo vem recebendo, em geral, no meio político. "A polarização exacerbada atrapalha sob muitos aspectos, e um deles é que políticas públicas envolvem a busca de consenso.

Não se trata de beneficiar um grupo e punir outro, e sim de fazer o que é melhor para o País."

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Gasto fiscal além do necessário pode prejudicar os mais pobres, diz Campos Neto

JOÃO SORIMA NETO joao.sorima@sp.oglobo.com.br **sto**
PAULO

Veja a matéria no site de origem:

<https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Crescer via consumo será mais difícil no ano que vem

Anaís Fernandes De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187390?page=1§ion=1>

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187390?page=1§ion=1>

Cobertura está sem controle, alerta TCU

O governo Bolsonaro deixou o Sistema Único de Saúde (SUS) em situação com "indícios de insustentabilidade" e sequer tem dados básicos, por exemplo, sobre a cobertura vacinal contra covid-19. O alerta está em relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) entregue à equipe de transição do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A precariedade dos dados disponíveis fez com que a Corte de Contas informasse ao grupo de transição que não foi possível nem avaliar o cumprimento de metas de imunização. O documento aponta que faltam dados de morbidade (doenças adquiridas) e mortalidade relacionados à síndrome pós-covid 19. A falta de informações "pode afetar o planejamento das políticas de saúde, em razão do número elevado de possíveis casos", diz.

Audidores do tribunal também encontraram problemas nas fichas de notificação de casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (Srag). Os dados, que na avaliação da Corte estão incompletos, alimentam o Sistema de Informação da Vigilância Epidemiológica da Gripe. A baixa qualidade das informações prejudica a definição das políticas públicas de enfrentamento das doenças.

SUS

O relatório também traz um diagnóstico geral sobre o SUS. Os técnicos do tribunal constataram "indícios de insustentabilidade" do sistema e sugerem um "profundo debate" a respeito do atual modelo do financiamento. "Há uma tendência de aumento da necessidade de recursos em razão da mudança do perfil demográfico da população e de aspectos inflacionários, o que, associado ao cenário fiscal desfavorável e à ampliação de gastos, pode agravar ainda mais a desassistência verificada na atualidade." Com os efeitos da **inflação** e do envelhecimento populacional, o TCU projeta que os gastos da União para 2030 seriam da ordem de R\$ 219 bilhões. Contudo, para que o déficit assistencial fosse coberto, a despesa deverá ser de R\$ 277 bilhões.

Sem consenso, texto final da pec da transição é adiado



JEFFERSON RUDY/AGÊNCIA SENADO

“
Tem gente que fala que só aceita o Bolsa-Família [fora do teto], outros aceitam mais. Eu tenho postura conservadora. Vamos excepcionalizar o Bolsa-Família do teto e precisamos de um mínimo para recompor o Orçamento”

■ Marcelo Castro (MDB-PI), senador e relator do Orçamento



ANTONIO CRUZ/AGÊNCIA BRASIL

“
Temos que ter mais previsibilidade no sentido da sustentabilidade da política. Não pode ser um soluço, faz por um ano e depois renova. Nós não vamos acabar com a fome, com a miséria, com as crises no país em um ano”

■ Gleisi Hoffmann, presidente do PT

A apresentação do texto final da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, que vai definir os recursos para a manutenção do pagamento do programa Bolsa-Família de R\$ 600 mensais a partir de 2023, estava prevista para ontem, mas foi adiada no Congresso Nacional. A causa é a falta de consenso sobre o tempo de exclusão do programa social do teto de gastos entre o governo eleito e líderes de partidos. O relator do projeto de lei do Orçamento, senador Marcelo Castro (MDB-PI), confirmou o impasse sobre aversão definitiva. "Não foi formado consenso. Eu tenho defendido desde o início que nós gastemos nossas energias para o consenso", disse. Ele não

indicou nova data para a PEC ser apresentada, mas ressaltou que precisa ser feito o mais rápido possível para não comprometer a tramitação do Orçamento de 2023.

Castro disse, entretanto, que as negociações estão avançando. "No Congresso, tem hora que parece que tudo está fácil e outra hora tudo está difícil. Hoje, estamos no meio termo. A dificuldade é que está faltando mais diálogo. Tem gente que fala que só aceita o Bolsa-Família [fora do teto], outros aceitam mais. Eu tenho postura conservadora. Vamos excepcionalizar o Bolsa-Família do teto e precisamos de um mínimo para recompor o Orçamento", declarou também.

A proposta protocolada na semana passada pelo vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin, prevê a retirada de R\$ 175 bilhões do teto de gastos para manter o Bolsa-Família em R\$ 600 e pagar um adicional de R\$ 150 a famílias com crianças de até 6 anos. Além disso, o esboço da PEC estipula exclusão de até R\$ 23 bilhões do teto de gastos em arrecadação extraordinária, que seria destinado a investimentos (obras públicas e compra de equipamentos) federais, totalizando um custo de R\$ 198 bilhões.

O relator do Orçamento afirmou também que os técnicos do Senado recomendaram uma duração de pelo menos dois anos para a PEC. Segundo ele, a ideia também é defendida por senadores de centro. Além disso, há propostas protocoladas pelos senadores do PSDB Alessandro Vieira (SE) e Tasso Jereissati (PSDB), com impactos menores, de R\$ 70 bilhões e R\$ 80 bilhões, respectivamente.

Para Castro, o projeto atual é inexecutável e não tem dinheiro para programas básicos. "É impensável que 21 milhões de famílias que recebem hoje o auxílio [de R\$ 600] voltem a receber R\$ 400. Temos que contemplar isso aí. Outro objetivo é a recomposição do Orçamento. O Orçamento que está aqui é inexecutável. Não tem dinheiro para merenda escolar, para a farmácia popular", declarou.

RUÍDO A presidente do PT, Gleisi Hoffmann, também confirmou o impasse sobre o prazo extrateto do programa social. "É o maior ruído que temos dentro do Congresso", admitiu. "Temos que ter mais previsibilidade no sentido da sustentabilidade da

política. Não pode ser um soluço, faz por um ano e depois renova. Nós não vamos acabar com a fome, com a miséria, com as crises no país em um ano", disse.

"Como queremos uma solução política que passe pela Casa da representação do povo, acho que temos a responsabilidade de oferecer uma solução de mais longo prazo, para dar previsibilidade, não para o governo mas para o povo, para que as pessoas não fiquem com medo, receosos de terem interrompido o seu sustento antes de poderem ter uma saída", afirmou também a petista.

O conselho político da transição do futuro governo Lula se reuniu ontem, no Centro Cultural do Banco do Brasil (CCBB), e o tema principal do encontro foi a negociação em torno da PEC. A expectativa era que o texto final fosse apresentado ontem, mas ainda pode levar mais tempo. Segundo Gleisi, pelo regimento do Senado, a tramitação da PEC deve começar apenas na semana que vem. "Se for para [o prazo da PEC] ser apenas um ano, quase que não justifica o caminho legislativo, porque há outros instrumentos. Mas nós queremos e estamos fazendo um esforço para que a política resolva isso, por isso a gente terá um tempo maior para conversar, acho que temos mais esse prazo de 24 horas, 48 horas, para discutir e apresentar", disse a presidente do PT.

Instituída em 2016, a emenda constitucional do teto de gastos limita o aumento do orçamento público ao crescimento da **inflação** do ano anterior. Por ser uma alteração constitucional, a PEC, quando apresentada, precisa ter um mínimo de 27 assinaturas de senadores para começar a tramitar na Casa. E precisa ser aprovada até o fim deste ano com um quórum qualificado de três quintos tanto no Senado quanto na Câmara, com votação em dois turnos.

Para Gleisi Hoffeman, não há problema com o prazo de tramitação. "Se tiver acordo político, as casas legislativas sempre foram muito céleres, então, vamos procurara acertar, já que esse é o ruído maior, do prazo da PEC, vamos ver se chegamos a um bom termo", disse. A reunião do conselho político da transição contou com a presença de representantes de 15 partidos políticos, incluindo seus líderes. São eles Agir, Avante, PSDB, Cidadania, MDB, PCdoB, PDT, Pros, PSB, PSD, Psol, PT, PV, Rede e Solidariedade.

"RESSONÂNCIA" Na terça-feira, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) disse que não há "ressonância" na Casa para a retirada integral e permanente do Bolsa-Família do teto, como proposto pela equipe de transição. "Me pareceu que a pretensão do (novo) governo, de fato, é o maior tempo possível, ou seja, o prazo de quatro anos. A lógica de

se ter prazo indefinido, ou seja, determinar a retirada do teto de gastos dos recursos do Bolsa Família integralmente, já está claro que não encontra ressonância no Congresso Nacional", alertou. "O único consenso que há é a necessidade de o Congresso Nacional dar solução ao espaço fiscal para implementar o Bolsa-Família a partir de janeiro, no valor definitivo de R\$ 600", disse também.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/24/11/2022/p1>

Limites à PEC (Editorial)

A chamada PEC da Transição -a emenda constitucional que abrirá espaço para acomodar gastos inescapáveis a partir da posse de Luiz Inácio Lula da Silva (PT)- concentra hoje as atenções dos mundos político e econômico. Entretanto essa não é a única decisão crucial a ser tomada pelo novo governo.

Em algum momento, será imperativo propor uma regra de controle orçamentário que substitua o teto de gastos, aviltado por medidas eleitoreiras de Jair Bolsonaro (PL). Não é necessário definir já o mecanismo, e provavelmente nem haverá tempo hábil para tanto. Mas a PEC de agora precisa levar em conta a norma de amanhã.

No momento, a incerteza prevalece. A primeira versão da proposta petista, ambicionando um crescimento desmesurado de despesas por tempo indeterminado, teve péssima repercussão e já provocou aumento dos juros de mercado.

É essencial, decerto, garantir o Auxílio Brasil de R\$ 600, ainda que o desenho do programa mereça aperfeiçoamentos posteriores.

Mas não se sabe se o gasto adicional acabará em R\$ 198 bilhões anuais, como quer a equipe de Lula, ou em algo mais próximo dos R\$ 90 bilhões suficientes para o pagamento do benefício assistencial, como querem parlamentares.

Em qualquer hipótese, pode-se prever que o dispêndio tende a provocar um aumento da dívida pública durante os próximos quatro anos, dadas as projeções realistas de crescimento do **PIB**, arrecadação e taxa de juros. Quanto mais gastadora for a PEC, maior será o ajuste necessário para conter a escalada do passivo governamental.

É ilusório imaginar que se possa, sem submeter o país a custos elevados, aprovar qualquer coisa de imediato e corrigir rumos depois.

Enquanto Lula não dá indicações concretas da orientação econômica que pretende seguir, sem apontar ao menos os nomes de sua equipe, qualquer movimento imprudente criará o temor de uma bola de neve de endividamento. Nesse cenário, os juros serão maiores e o **PIB** crescerá menos, como se viu no passado muito recente.

A dita "vontade política" de atenuar o sofrimento social pode, assim, produzir o feito contrário. O imediatismo

ameaça prejudicar a atividade e a oferta de trabalho, com o que vai por água abaixo o projeto de reduzir a pobreza.

Ainda há tempo para que a equipe de transição e o Congresso cheguem a um acordo sobre a ampliação do gasto -que, preferencialmente, deveria contemplar valores prudentes e limitados a 2023.

Outra opção seria Lula se comprometer desde já com uma regra consistente de controle da dívida pública, ainda que os detalhes possam ser definidos mais adiante.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50105>

Sinais de que EUA podem desacelerar aperto nos juros aliviam mercados

Clayton Castelani são paulo

O cenário positivo no exterior nesta quarta-feira (23) com a expectativa de desaceleração no aumento da taxa de juros dos Estados Unidos amenizou em parte o pessimismo do mercado financeiro doméstico, que segue pressionado pelas preocupações com a transição de governo no Brasil.

No câmbio local, o dólar passou a cair ligeiramente apenas no final da tarde, quando a divulgação da ata mais recente reunião do Fed (Federal Reserve, o banco central dos EUA) indicou que os membros da autoridade monetária do país avaliam que a taxa de juros poderá subir mais devagar nos próximos meses.

"Uma maioria substancial dos participantes julgou que uma desaceleração no ritmo de crescimento [da taxa de juros] seria apropriada em breve", disse a ata.

O dólar fechou em queda de 0,18%, cotado a R\$5,3690. No início do dia chegou a subir a R\$ 5,4120. Diferentemente da resistência que ofereceu ao real, a moeda americana teve um dia de fraqueza ante praticamente todas as principais moedas internacionais e perdeu ainda mais terreno após a ata do Fed.

O índice DXY, que mede a força do dólar diante das principais divisas globais, caiu mais de 1% no fim desta quarta. Sinais de que os juros podem perder fôlego nos EUA tiram parte da atratividade do Tesouro americano e investidores levam seus dólares para outros ativos e países e, por isso, o valor da divisa americana cai em circunstâncias como essa.

No início deste mês, o Fed subiu sua taxa de juros pela sexta vez em 2022, sendo que a mais recente elevação foi a quarta seguida de 0,75 ponto percentual, um aumento considerado agressivo para os padrões do país. Isso levou o juro de referência para um patamar entre 3,75% e 4% ao ano.

Ao aumentar o custo do crédito, a autoridade monetária tenta conter uma **inflação** que, embora esteja perdendo força, ainda está em 7,7% ao ano. O efeito colateral dessa medida, porém, é um crescente risco de recessão e a falta de menções do Fed a isso trazia certo desconforto ao mercado.

"O que chamou a atenção, como novidade, foram sinais mais "dovish" [amenos quanto à intenção de subir juros], como o fato de terem afirmado, pela primeira vez, que esperam uma recessão nos E UA como cenário-base, bem como vários participantes asando risco de instabilidade financeira como uma das razões para diminuir o ritmo", comentou Nicole Kretzmann, economista-chefe da Upton Global Capital.

Ainda refletindo a pressão gerada na véspera pela contestação de urnas utilizadas na eleição pelo partido do presidente Jair Bolsonaro e a manutenção da indefinição nas negociações sobre a PEC da Transição, a Bolsa de Valores Brasileira fechou na contramão dos mercados globais.

O Ibovespa terminou a sessão em queda de 0,18%, aos 108.841 pontos, melhorando um pouco no final do dia em relação à mínima de 107.901 registrada mais cedo. Enquanto o índice referência da Bolsa cedeu, o indicador parâmetro das ações americanas S P 500 fechou com alta de 0,59%.

A taxa de juros DI (depósitos interbancários) para 2024, referência para o crédito de curto prazo, atingia a casa dos 14,58% ao ano no final desta quarta, ante 14,38% da véspera. Esse indicador estava em 13,05% no fechamento do dia 9, véspera do discurso em que Luiz Inácio Lula da Silva (PT) subiu o tom das suas críticas à regra do teto de gastos.

Ettore Sanchez, economista-chefe da Ativa Investimentos, observou que neste momento o mercado está particularmente atento ao debate entre membros da equipe de Lula sobre a inclusão na PEC da Transição de um texto que retira o teto de gastos da Constituição. Isso permitiria a revisão da regra de forma mais simples no futuro, por lei complementar.

"A credibilidade do instrumento de controle já era baixa, mesmo com uma barreira de esforço parlamentar constitucional, o que será amplamente devastado caso haja a possibilidade de revisão do teto apenas com maioria dos parlamentares", comentou Sanehez.

"O mercado não tem reagido bem com essa transição de governo. Temos também investidores estrangeiros desmontando posições em Bolsa brasileira levando dólares para fora", afirmou Leandro Petrokas, diretor

de pesquisa da Quantzed.

Comissão aprova projeto do centrão que destrava gastos

Lucas Marchesini

A CMO (Comissão Mista de Orçamento) do Congresso Nacional aprovou uma manobra que altera a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e abre espaço no teto de gastos deste ano. Agora, o projeto precisa ser votado em sessão conjunta do Congresso.

A mudança permite descontar despesas do teto de gastos ou alterar o cronograma de despesas obrigatórias. As sobras que surgirem com essa mudança podem ser redistribuídas para outros gastos.

O espaço surge no teto de gastos porque o projeto permite descontar do cálculo as despesas obrigatórias empenhadas no fim de um ano, mas com impacto financeiro no início do exercício seguinte. Isso ocorre com a folha de pagamento de servidores e com os benefícios da **Previdência Social**.

No caso dos salários e benefícios, o empenho é feito em dezembro, mas parte do pagamento só ocorre em janeiro, conforme o cronograma das folhas.

A medida interessa a parlamentares porque permitiria desbloquear quase R\$ 7,9 bilhões de emendas de relator que atualmente não podem ser usadas. Já o Executivo quer a sua aprovação porque precisa de espaço no teto de gastos para pagar despesas de ministérios deste ano.

O projeto de lei original alterava somente a data-limite para abrir novos créditos no Orçamento. As mudanças abrindo espaço no teto de gastos vieram no relatório do deputado AJ Albuquerque (PP-CE).

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=501>

05

Diagnóstico é arrasador, precisamos de novo pacto para combater a fome



Idiana Tomazelli *brasília*

A falta de articulação do governo federal com estados e municípios contribuiu para a deterioração da rede de assistência social no país, avalia a ex-ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Márcia Lopes.

Em entrevista à Folha, ela diz que há um "diagnóstico arrasador do ponto de vista do aumento da pobreza e das desigualdades" e que será preciso fazer um esforço coordenado para restabelecer as políticas e identificar as famílias que precisam da ajuda do governo. Haverá necessidade também de recompor recursos em pelo menos R\$ 2,7 bilhões.

Márcia Lopes é uma das coordenadoras do grupo técnico de assistência social do governo de transição, ao lado da senadora Simone Tebet (MDB-MS), da ex-ministra Tereza Campello e do deputado estadual André Quintão (PT-MG).

Uma das primeiras ações, segundo ela, será uma análise do Cadastro Único de programas sociais, com a participação de estados e municípios, para identificar eventuais falhas e corrigi-las.

" Vamos chamar os secretários municipais. O presidente fala muito da participação dos conselhos, das conferências. É um novo pacto social", diz.

*

Qual é o diagnóstico da situação da assistência social, do Auxílio Brasil, que vai provavelmente voltar a se chamar Bolsa Família? A partir do governo Lula, a gente implantou o Sistema Único de Assistência Social [o Suas], fazendo uma organização em todo o país.

Nós profissionalizamos a área, saímos de um orçamento de R\$ 8 bilhões em 2004 para R\$ 84 bilhões em 2016 entre benefícios e serviços. E o que aconteceu [depois] foi uma paralisação. Teve um desmonte, o orçamento voltou a ser o que era antes de 2002 para serviços. O que deveria ser de no mínimo R\$ 2,7 bilhões foi cortado para o ano que vem em 96%, virou R\$ 128 milhões. Ou seja, extingue o Suas.

Outra questão é em relação à segurança alimentar, que é uma política transversal. Eu coordenei o GT [grupo de trabalho] Fome Zero com 13 ministérios, e a gente tinha ali alimentação escolar na Educação, vigilância nutricional na Saúde, Pronaf [programa de financiamento para a agricultura familiar], no MDA [Ministério do Desenvolvimento Agrário], cisternas, restaurantes populares, bancos de alimentos. Isso tudo se perdeu no atual governo. Houve um desmonte, tanto do orçamento quanto da estrutura e do funcionamento.

O governo federal coordena as políticas, cofinancia, mas ele não pode fazer sem os estados e municípios. Esse pacto federativo foi quebrado. Houve uma ruptura, falta de diálogo, distanciamento, resoluções que foram feitas de cima para baixo. É um diagnóstico arrasador do ponto de vista do aumento da pobreza e das desigualdades.

Quais serão as prioridades no início do governo? A primeira prioridade é combater a fome, mas, para isso, você já começa a articular políticas setoriais que também conversam com o próprio desenvolvimento do país. Tanto a transferência de renda quanto a melhoria da alimentação escolar, do cuidado na saúde, da retomada da produção dos alimentos.

Minha proposta, estando na transição da assistência social, é já começar essa articulação com as outras áreas. É nessa trama de integração de políticas que a gente de fato vai ter uma orientação do nível nacional, construindo com os estados e municípios. Vamos chamar os secretários municipais. O presidente Lula fala muito da participação dos conselhos, das conferências. É um novo pacto social. E conseguir o Orçamento para assegurar a transferência de renda, isso é fundamental, por isso essa articulação no Congresso.

Conseguindo os recursos, dá para fazer um trabalho relativamente rápido? Não tenho dúvida. Quando a gente começou o Fome Zero, a gente fez uma planilha cruzando os dados e foi rápida a redução da mortalidade infantil, da desnutrição, e [o aumento] da permanência das crianças nas escolas, por causa das condicionalidades. E cada área vai tentar buscar sua reestruturação. Em cada município, há serviços que não fecharam porque o prefeito segurou. Se você resgata o mínimo de orçamento, retoma o repasse dos recursos, isso já dá uma condição de eles trabalharem juntos.

Quanto seria necessário para restabelecer essa rede de serviços de assistência? Para a gente resgatar, restabelecer o que já tinha, precisa de R\$ 2,7 bilhões. E, para atualizar, ampliar a demanda aos serviços, aí seria em torno de R\$ 6 bilhões, isso para serviços. Cras [Centro de Referência de Assistência Social], Creas [Centro de Referência Especializado de Assistência Social], centro de população de rua, voltar o repasse do índice de gestão descentralizada, para formação, para erradicação do trabalho infantil.

Especialistas afirmam que o formato atual do Auxílio Brasil gerou uma distorção no CadÚnico, que incentiva a divisão de famílias. Como a senhora vê esse problema e de que maneira é possível solucioná-lo? Essa questão é [observada] porque também houve uma interrupção na forma como as coordenações estaduais do Cadastro Único, os coordenadores locais, eram chamados e cobrados, inclusive em relação à atualização da base de dados, a dinâmica que existia das visitas domiciliares, da participação das famílias. Quando o auxílio emergencial [concedido durante a pandemia] faz essa quebra, dispensa os estados e municípios e faz diretamente essa transferência, isso [quantidade de falhas] foi acumulando.

Não tenho dúvida de que uma das primeiras ações do ministério será uma análise do CadÚnico, com a participação dos municípios e dos estados. Tenho certeza de que o CadÚnico é um instrumento de gestão fundamental e que ele vai ter que ser analisado e de fato aprimorado, para ter total transparência e [estar] sempre integrado aos serviços locais.

Pode ser necessário reunir novamente essas famílias que se dividiram na busca de um valor maior de benefício, ou então rever o desenho do Bolsa Família, retomando o valor por pessoa? Até aqui, o que nós temos de informação e de decisão é assegurar que nenhuma família vai receber menos, pelo menos nos próximos meses. Acho que tudo é passível de ser melhorado e aprimorado, mas na perspectiva de assegurar o direito das famílias e as necessidades.

Nós sabemos bem que nem os R\$600 são suficientes para uma família se manter durante um mês, haja vista o preço dos alimentos, o preço do gás.

Então os R\$ 600 por família estão assegurados, mais a ideia dos R\$ 150 por criança até seis anos.

A gente vai até dezembro fazendo essa transição, o diagnóstico, um documento consistente para o presidente Lula. A equipe que assumir vai ter essas informações e a análise do que fazer. Uma política pública tem que ser transparente, justa, ter consistência e previsibilidade. E o CadÚnico é a mesma coisa.

A gente nem sabe bem, quando você fala que as famílias se dividiram, quantas são, onde estão? Em que momento foi isso? Por que isso? É muito difícil a gente anunciar ou chegar a qualquer conclusão sem ter essa base de dados consistente.

Em relação ao Bolsa Família, uma das questões é se o benefício deveria ter um reajuste automático pela **inflação**. Outra seria acabar com a possibilidade de fila de espera. Esses pontos são importantes? Não vejo como excludentes. Uma coisa é ter um programa de transferência de renda que tenha um critério, como sempre tiveram todos os programas de transferência de renda até aqui, de não serem universais. Outra coisa é assegurar correção pela **inflação**, para que você garanta poder de compra, porque é esse o objetivo, que as famílias recebam recurso minimamente suficiente, e sempre estimulando outras iniciativas.

A visão é sempre associar a transferência de renda a outros mecanismos de desenvolvimento local, e por isso mesmo não tem a necessidade de ter fila. Se está no critério, isso nunca teve problema. A gente sempre foi atualizando o número de famílias elegíveis para receber o Bolsa Família com o Orçamento. Claro, quando você tem um preceito constitucional, você tem mais força, você tem a força política e jurídica.

Associar as iniciativas seria a porta de saída? Isso sempre foi elencado por especialistas como um ponto a ser aprimorado. Como a sra. vê a questão? São dois aspectos aí. Primeiro eu não concordo com esse conceito de porta de saída. Acho que as portas de entrada precisam ser asseguradas, e todas as famílias brasileiras têm que ter o espaço, a oportunidade, a estrutura, o asseguramento dos seus direitos.

A porta de saída é uma tutela, parece que é um incômodo, que o próprio governo tem que se livrar das famílias atendidas. A outra coisa é a gente basear, obviamente, o protagonismo, a participação, a

autonomia, maior acesso e integração das políticas públicas. Isso sim. Quanto mais a gente investir, convencer, adotar essa perspectiva de intersetorialidade, melhor.

No sentido de dar condições de elas buscarem autonomia? Exatamente. Continua sendo função e tarefa do Estado, do poder público, criar, estimular, facilitar, favorecer que as famílias tenham acesso à educação, à qualificação, a iniciativas de construção de alternativas de renda, de inclusão produtiva, da economia solidária, de tantas iniciativas que são possíveis. Mas não basta que seja só o governo federal, aí entram os governos estaduais e também os municípios.

Por isso que é inadmissível que o governo federal tente fazer as coisas sem a participação dos estados e municípios. E eu não tenho dúvida de que esse desmonte das políticas públicas tem tudo a ver com isso, com essa ruptura do pacto federativo.

O Ministério do Desenvolvimento Social será recriado? Provavelmente não fica como está, porque o Ministério da Cidadania acabou sendo uma máquina muito difusa. Eu pessoalmente não defendo que permaneça assim.

Márcia Lopes, 65

Natural de Londrina (PR), é assistente social e professora. Formada em serviço social pela Universidade Estadual de Londrina, tem mestrado na mesma área pela PUC-SR. Já foi vereadora e secretária municipal de Assistência Social no município de Londrina. Ocupou diferentes cargos no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome durante o governo Lula, chegando ao posto máximo de ministra em 2010.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50105>



Pedro Ladeira/Folhapress

Márcia Lopes, 65

Natural de Londrina (PR), é assistente social e professora. Formada em serviço social pela Universidade Estadual de Londrina, tem mestrado na mesma área pela PUC-SP. Já foi vereadora e secretária municipal de Assistência Social no município de Londrina. Ocupou diferentes cargos no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome durante o governo Lula, chegando ao posto máximo de ministra em 2010.

Márcia Lopes Diagnóstico é arrasador, precisamos de novo pacto para combater a fome

Ex-ministra e integrante da equipe de transição diz que restabelecer rede de assistência social demanda pelo menos R\$ 2,7 bilhões

ENTREVISTA

Ídiana Tomazelli

BRASÍLIA A falta de articulação do governo federal com estados e municípios contribuiu para a deterioração da rede de assistência social no país, avalia a ex-ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Márcia Lopes.

Em entrevista à *Folha*, ela diz que há um "diagnóstico arrasador do ponto de vista do aumento da pobreza e das desigualdades" e que será preciso fazer um esforço coordenado para restabelecer as políticas e identificar as famílias que precisam da ajuda do governo. Haverá necessidade de também de recompor recursos em pelo menos R\$ 2,7 bilhões.

Márcia Lopes é uma das coordenadoras do grupo técnico de assistência social do governo de transição, ao lado da senadora Simone Tebet (MDB-MS), da ex-ministra Tereza Campello e do deputado estadual André Quintão (PT-MG).

Uma das primeiras ações, segundo ela, será uma análise do Cadastro Único de programas sociais, com a participação de estados e municípios, para identificar eventuais falhas e corrigi-las.

"Vamos chamar os secretários municipais. O presidente fala muito da participação dos conselhos, das conferências. É um novo pacto social", diz.

Qual é o diagnóstico da situação do Auxílio Brasil, que vai provavelmente voltar a se chamar

Bolsa Família? A partir do governo Lula, a gente implantou o Sistema Único de Assistência Social [o Suas], fazendo uma organização em todo o país.

Nós profissionalizamos a área, saímos de um orçamento de R\$ 8 bilhões em 2004 para R\$ 8,4 bilhões em 2016 entre benefícios e serviços. E o que aconteceu [depois] foi uma paralisação. Teve um desmonte, o orçamento voltou a ser o que era antes de 2002 para serviços. O que deveria ser de no mínimo R\$ 2,7 bilhões foi cortado para o ano que vem em 96%, virou R\$ 128 milhões. Ou seja, extingue o Suas.

Outra questão é em relação à segurança alimentar, que é uma política transversal. Eu coordenei o GT [grupo de trabalho] Fome Zero com 13 ministérios, e a gente tinha ali alimentação escolar na Educação, vigilância nutricional na Saúde, Pronaf [programa de financiamento para a agricultura familiar], no MDA [Ministério do Desenvolvimento Agrário], cisternas, restaurantes populares, bancos de alimentos. Isso tudo se perdeu no atual governo. Houve um desmonte, tanto do orçamento quanto da estrutura e do funcionamento.

O governo federal coordena as políticas, cofinancia, mas ele não pode fazer sem os estados e municípios. Esse pacto federativo foi quebrado. Houve uma ruptura, falta de diálogo, distanciamento, resoluções que foram feitas de cima para baixo. É um diagnóstico arrasador do ponto de vista do aumento da pobreza e das desigualdades.

Quais serão as prioridades no início do governo? A primeira prioridade é combater a fome, mas, para isso, você já começa a articular políticas setoriais que também conversam com o próprio desenvolvimento do país. Tanto a transferência de renda quanto a melhoria da alimentação escolar, do cuidado na saúde, da retomada da produção dos alimentos.

Minha proposta, estando na transição da assistência social, é já começar essa articulação com as outras áreas. É essa trama de integração de políticas que a gente de fato vai ter uma orientação do nível nacional, construindo com os estados e municípios. Vamos chamar os secretários municipais. O presidente Lula fala muito da participação dos conselhos, das conferências. É um novo pacto social. E conseguir o Orçamento para assegurar a transferência de renda, isso é fundamental, por isso essa articulação no Congresso.

Conseguindo os recursos, dá para fazer um trabalho relativamente rápido? Não tenho dúvida. Quando agente começou o Fome Zero, a gente fez uma planilha cruzando os dados e foi rápida a redução da mortalidade infantil, da desnutrição, e [o aumento] da permanência das crianças nas escolas, por causa das condições. E cada área vai tentar buscar sua reestruturação. Em cada município, há serviços que não fecharam porque o prefeito segurou. Se você resgata o mínimo de orçamento, retoma o repasse dos recursos, isso já dá uma condição de eles trabalharem juntos.

Quanto seria necessário para restabelecer essa rede de serviços de assistência? Para a gente resgatar, restabelecer o que já tinha, precisa de R\$ 2,7 bilhões. E, para atualizar, ampliar a demanda aos serviços, aí seria em torno de R\$ 6 bilhões, isso para serviços. Cras [Centro de Referência de Assistência Social], Creas [Centro de Referência Especializado de Assistência Social], centro de população de rua, voltar o repasse do índice de gestão descentralizada, para formação, para erradicação do trabalho infantil.

Especialistas afirmam que o formato atual do Auxílio Brasil gerou uma distorção no CadÚnico, que incentiva a divisão de famílias. Como a senhora vê esse problema e de que maneira é possível solucioná-lo? Essa questão é [observada] porque também houve uma interrupção na forma como as coordenações estaduais do Cadastro Único, os coordenadores locais, eram chamados e cobrados, inclusive em relação à atualização da base de dados, a dinâmica que existia das visitas domiciliares, da participação das famílias. Quando o auxílio emergencial [concedido durante a pandemia] faz essa quebra, dispensa os estados e municípios e faz diretamente essa transferência, isso [quantidade de falhas] foi acumulando.

Não tenho dúvida de que uma das primeiras ações do ministério será uma análise do CadÚnico, com a participação dos municípios e dos estados. Tenho certeza de que o CadÚnico é um instrumento de gestão fundamental e que ele vai ter que ser analisado e de fato aprimorado, para ter total transparência e [estar] sempre integrado aos serviços locais.

Pode ser necessário reunirmos essas famílias que se dividiram na busca de um valor maior de benefício, ou então o desenho do Bolsa Família, retomando o valor por pessoa? Até aqui, o que nós temos de informação e de decisão é assegurar que nenhuma família vai receber menos, pelo menos nos próximos meses. Acho que tudo é passível de ser melhorado e aprimorado, mas na perspectiva de assegurar o direito das famílias e as necessidades.

Nós sabemos bem que nem os R\$ 600 são suficientes para uma família se manter durante um mês, haja vista o preço dos alimentos, o preço do gás. Então os R\$ 600 por fami-

lia estão assegurados, mais a ideia dos R\$ 150 por criança até seis anos.

A gente vai até dezembro fazendo essa transição, o diagnóstico, um documento consistente para o presidente Lula. A equipe que assumir vai ter essas informações e análise do que fazer. Uma política pública tem que ser transparente, justa, ter consistência e previsibilidade. E o CadÚnico é a mesma coisa.

A gente nem sabe bem, quando você fala que as famílias se dividiram, quantas são, onde estão? Em que momento foi isso? Por que isso? É muito difícil a gente anunciar ou chegar a qualquer conclusão sem ter essa base de dados consistente.

Em relação ao Bolsa Família, uma das questões é se o benefício deveria ter um reajuste automático pela inflação. Outra seria acabar com a possibilidade de fila de espera. Esses pontos são importantes? Não vejo como excludentes. Uma coisa é ter um programa de transferência de renda que tenha um critério, como sempre tiveram todos os programas de transferência de renda até aqui, de não serem universais. Outra coisa é assegurar correção pela inflação, para que você garanta poder de compra, porque é esse o objetivo, que as famílias recebam recurso minimamente suficiente, e sempre estimulando outras iniciativas.

A visão é sempre associar a transferência de renda a outros mecanismos de desenvolvimento local, e por isso mesmo não tem a necessidade de ter fila. Se está no critério, isso nunca teve problema. A gente sempre foi atualizando o número de famílias elegíveis para receber o Bolsa Família com o Orçamento. Claro, quando você tem um preceito constitucional, você tem mais força, você tem a força política e jurídica.

Associar as iniciativas seria a porta de saída? Isso sempre foi elencado por especialistas como um ponto a ser aprimorado. Como a sra. vê a questão? São dois aspectos aí. Primeiro eu não concordo com esse conceito de porta de saída. Acho que as portas de entrada precisam ser asseguradas, e todas as famílias brasileiras têm que ter o espaço, a oportunidade, a estrutura, o asseguramento dos seus direitos.

A porta de saída é uma tutela, parece que é um incômodo, que o próprio governo tem que se livrar das famílias atendidas. A outra coisa é a gente buscar, obviamente, o protagonismo, a participação, a autonomia, maior acesso e integração das políticas públicas. Isso sim. Quanto mais a gente investir, convencer, adotar essa perspectiva de interesse individual, melhor.

Do sentido de dar condições de elas buscarem autonomia? Exatamente. Continua sendo função e tarefa do Estado, do poder público, criar, estimular, facilitar, favorecer que as famílias tenham acesso à educação, à qualificação, a iniciativas de construção de alternativas de renda, de inclusão produtiva, de economia solidária, de tantas iniciativas que são possíveis. Mas não basta que seja só o governo federal, aí entram os governos estaduais e também os municípios. Por isso que é inadmissível que o governo federal tente fazer as coisas sem a participação dos estados e municípios. E eu não tenho dúvida de que esse desmonte das políticas públicas tem tido a ver com isso, com essa ruptura do pacto federativo.

O Ministério do Desenvolvimento Social será recriado? Provavelmente não fica como está, porque o Ministério da Cidadania acabou sendo uma máquina muito difusa. Eu pessoalmente não defendo que permaneça assim.

Estados Unidos e Argentina têm menos trigo para exportação

A principal fornecedora de trigo para o Brasil, a Argentina, terá bem menos cereal para exportar nesta safra 2022/23 do que teve na anterior.

Os Estados Unidos, que ocupam a segunda posição entre os maiores fornecedores deste ano para o Brasil, também têm previsão de uma menor oferta do cereal para colocar no mercado externo.

Dois importantes produtores de trigo, ambos foram afetados por sérias adversidades climáticas durante a evolução das lavouras.

A preocupação maior é com a Argentina, responsável por 87% do trigo importado pelo Brasil no ano passado. Neste ano, os argentinos já colocaram 4 milhões de toneladas no mercado brasileiro, 82% de todo o cereal que o Brasil importou até outubro.

Para a safra 2022/23, a Bolsa de Comércio de Rosário estima uma safra de apenas 11,8 milhões de toneladas na Argentina, bem abaixo dos 23 milhões de toneladas do período anterior.

Comum volume tão baixo, os argentinos teriam apenas 7 milhões de toneladas para exportar. Na safra anterior, exportaram 14,5 milhões.

Ruim não só para o Brasil, que tem uma dependência forte do trigo argentino, mas também para produtores e para o governo do país vizinho.

A produtividade do trigo, devido à seca, é uma das mais baixas em 15 anos, e as receitas com as exportações vão recuar bastante.

Pelos preços atuais de exportação, se confirmados os 7 milhões de toneladas, as receitas recuariam para US\$ 2,4 bilhões, 44% a menos do que as estimativas de julho. Menos dólares tanto para os produtores como para o governo, que depende das exportações agrícolas para melhorar suas contas.

Segundo a Bolsa de Rosário, neste ano os argentinos acumulam a maior perda de área semeada e não colhida com trigo nas últimas quatro décadas. **Inflação** elevada e contratos de exportação já negociados farão o consumo interno do país recuar para próximo de 6 milhões de toneladas.

Os Estados Unidos, que tinham previsão de exportar 23 milhões de toneladas, vão colocar 21 milhões no mercado externo, o menor volume em 50 anos.

Neste ano, 8% do trigo importado pelo Brasil veio dos EUA. Já são 315 mil toneladas, bem acima das 90 mil de janeiro a dezembro de 2021.

Uruguai e Paraguai também aumentam a disponibilidade do cereal para o Brasil. Até outubro, os dois colocaram 522 mil toneladas no mercado brasileiro, 13% das compras do país.

A queda na oferta de trigo na Argentina ocorre em um ano em que o Brasil tem uma safra recorde de 9,5 milhões de toneladas. O país, no entanto, também fez uma exportação recorde de 2,48 milhões de toneladas neste ano.

A Índia, a segunda maior produtora mundial, também foi afetada pelo clima e terá redução na produção do cereal. Os indianos têm safra de 103 milhões de toneladas, abaixo da líder mundial, a China, que produz 138 milhões.

O governo indiano restringiu as exportações do país em maio e, mesmo assim, os estoques atuais recuaram para 21 milhões de toneladas, a metade do volume de há um ano, segundo a Reuters.

Mesmo com quebra de safra em produtores importantes, a produção mundial de trigo sobe para o recorde de 783 milhões de toneladas. Inferior, no entanto, ao consumo de 791 milhões, de acordo com o Usda (Departamento de Agricultura dos EUA).

O Usda, no entanto, ainda não considera uma quebra tão acentuada na produção da Argentina, como prevê a Bolsa de Rosário.

Os estoques mundiais caem para 268 milhões de toneladas, o menor volume dos últimos seis anos, não dando muita margem para reduções de preços. Os estoques finais dos norte-americanos serão os menores em 15 anos.

O Brasil, após a safra recorde neste ano, deverá colher 8,4 milhões de toneladas no próximo ano, conforme dados preliminares do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

As importações, segundo a Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), sobem para 6,1 milhões de toneladas em 2022, volume superior aos registrados nos anos de 2020 e de 2021.

O estoque final brasileiro fica em 1,33 milhão de toneladas, acima do da safra anterior, mas ainda abaixo da média do período de 2010 a 2020, que foi de 2,5 milhões de toneladas, conforme acompanhamento da Conab. MZ

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50105&anchor=6468310&pd=fca5a83e12cab3aff0398ac522485b8d>

87%

do trigo importado pelo Brasil no ano passado vieram da Argentina

7 milhões

de toneladas são o volume que o país teria para exportar neste ano, menos da metade das 14,5 milhões de toneladas da safra passada

268 milhões

de toneladas são o estoque mundial, o menor volume dos últimos seis anos

TCU vê falta de controle sobre vacinas

JULIA AFFONSO VINÍCIUS VALFRÉ BRASÍLIA

O governo Bolsonaro deixou o Sistema Único de Saúde (SUS) em situação com "indícios de insustentabilidade" e sequer tem dados básicos, por exemplo, sobre a cobertura vacinal contra covid-19. O alerta está em relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) entregue à equipe de transição do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao qual o Estadão teve acesso.

A precariedade dos dados disponíveis fez com que a Corte de Contas informasse ao grupo de transição que não foi possível nem avaliar o cumprimento de metas de imunização. O documento aponta que faltam dados de morbidade (doenças adquiridas) e mortalidade relacionados à síndrome pós-covid 19. A falta de informações "pode afetar o planejamento das políticas de saúde, em razão do número elevado de possíveis casos", diz.

Audidores do tribunal também encontraram problemas nas fichas de notificação de casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (Srag). Os dados, que na avaliação da Corte estão incompletos, alimentam o Sistema de Informação da Vigilância Epidemiológica da Gripe. A baixa qualidade das informações prejudica a definição das políticas públicas de enfrentamento das doenças.

As falhas da cobertura vacinal estão na lista de preocupações da equipe de Lula. Dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) mostram que a taxa de vacinação infantil no Brasil tem caído rapidamente. A taxa que já foi de 93,1% agora está em 71,49%. Durante seu governo, o presidente Jair Bolsonaro questionou a eficácia das vacinas e chegou a demitir ministros da Saúde defensores da imunização.

A cardiologista Ludhmila Hajjar, integrante do grupo que discute a transição na saúde, destacou que o problema não se resume à covid. "Esse é o desafio imediato (cobertura vacinal). E não é só de covid, é de tudo. O Programa Nacional de Imunização tem de ser reforçado", disse, na terça-feira.

SUS. O relatório também traz um diagnóstico geral sobre o SUS. Os técnicos do tribunal constataram "indícios de insustentabilidade" do sistema e sugerem um "profundo debate" a respeito do atual modelo do financiamento. "Há uma tendência de aumento da necessidade de recursos em razão da mudança do

perfil demográfico da população e de aspectos inflacionários, o que, associado ao cenário fiscal desfavorável e à ampliação de gastos, pode agravar ainda mais a desassistência verificada na atualidade", diz o texto.

Com os efeitos da **inflação** e do envelhecimento populacional, o TCU projeta que os gastos da União para 2030 seriam da ordem de R\$ 219 bilhões. Contudo, para que o déficit assistencial fosse coberto, a despesa deverá ser de R\$ 277 bilhões.

O TCU aponta um desperdício de R\$ 13 bilhões por ano. "Embora seja atribuição do Ministério da Saúde acompanhar, monitorar e avaliar as metas e os compromissos pactuados com hospitais no âmbito do SUS, essa atividade de controle não é realizada de forma sistemática e estruturada. A situação revela a necessidade de se promover uma reavaliação, não apenas das normas, mas das políticas públicas ligadas à temática", diz.

Em meio à alta dos casos de covid-19, o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga recebeu integrantes da transição. No encontro, a equipe de Lula usava máscara; Queiroga, não. O ministério não se manifestou sobre relatório do TCU.»

.....

Só 28% de eficiência
O estudo aponta ainda
elevado desperdício
nos hospitais públicos de
todo o País

.....

Projeto possibilita liberar as emendas de relator

FERNANDA TRISOTTO E NATÁLIA PORTINARI
economia@oglobo.com.br BRASÍLIA

Veja a matéria no site de origem:

<https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Juros pesam cada vez mais no orçamento das famílias

Rafael Vazquez De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187390?page=1§ion=1>

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187390?page=1§ion=1>

Melhora no Brasil puxa para cima clima econômico da AL

Alessandra Saraiva Do Rio

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187390?page=1§ion=1>

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187390?page=1§ion=1>